

# Ações de inclusão produtiva urbana no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria no Rio Grande do Sul\*

Maria Mercedes Rabelo\*\*

Isabel Noemia Ruckert\*\*\*

Socióloga, Pesquisadora da Fundação de Economia e Estatística (FEE)  
Economista, Pesquisadora da FEE

## Resumo

*O presente artigo tem como objetivo examinar os programas de inclusão produtiva urbana e, mais especificamente, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego-Brasil Sem Miséria (Pronatec-BSM) no Brasil e no Rio Grande do Sul. Desde a criação do Pronatec, em 2011, o Rio Grande do Sul é o estado que mais disponibilizou matrículas no País (10,6% do total). Observou-se que o perfil dos alunos do Pronatec-BSM no Estado difere daquele do resto do País, destacando-se uma maior presença de pessoas com mais de 40 anos de idade, bem como uma maior participação de alunos com menor escolaridade, o que sugere uma melhor adequação ao público-alvo do Programa. Conclui-se que o Pronatec deve fazer parte de um amplo esforço de escolarizar e de qualificar o trabalhador, para além das necessidades de um emprego imediato, dotando-o de formação e de habilidades que o encaminhem a uma inserção no mundo do trabalho de forma permanente.*

**Palavras-chave:** inclusão produtiva; qualificação profissional; Pronatec.

## Abstract

*This article aims to examine the urban productive inclusion programs and, more specifically, the National Program of Access to Technical Education and Employment-Brazil Without Extreme Poverty (Pronatec-*

---

\* Artigo recebido em 09 jan. 2015.  
Revisor de Língua Portuguesa: Mateus da Rosa Pereira.

\*\* E-mail: rabelo@fee.tche.br

\*\*\* E-mail: isabel@fee.tche.br

O bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS), Arlei Machado Ribas, participou das entrevistas, da coleta de dados e elaborou tabelas para este artigo. As autoras agradecem as valiosas informações fornecidas por Eliane de Moura Martins, Diretora do Departamento do Trabalho da Secretaria do Trabalho e do Desenvolvimento Social (STDS), por Maria Eunice Viccari (assistente social do mesmo departamento), por Maria Inês Zulke (Coordenadora do Pacto Gaúcho pela Educação Profissionalizante, Técnica e Tecnológica da Secretaria da Ciência, Inovação e Desenvolvimento Tecnológico) e por Rafael May Chula, da Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC).

*-BSM) in Brazil and in Rio Grande do Sul. Since the creation of the Pronatec, in 2011, Rio Grande do Sul has been the State with the highest percentage of enrollment availability in Brazil (10.6% of the total). The profile of the Pronatec-BSM students in this state has been noted to differ from that of the rest of the country, with a greater presence of people over 40 years of age, as well as a greater participation of students with less schooling, which suggests a better match to the target audience of the program. It is concluded that the Pronatec must be part of a broader effort to educate and train workers beyond the need for immediate employment, providing them with the training and the skills that will enable them to find a permanent place in the world of work.*

**Keywords:** *Productive inclusion; professional qualification; Pronatec.*

## Introdução

Desde os anos 2000, o Brasil vem intensificando a implantação de programas de combate à pobreza. Em 2003, o Governo Federal unificou os diversos programas existentes com esse objetivo e criou o Programa Bolsa Família (PBF), o qual vem expandindo-se no intuito de atingir, através da utilização do Cadastro Único<sup>1</sup>, toda a população com renda *per capita* inferior a R\$ 154,00/mês.

Para aprofundar o enfrentamento da pobreza extrema<sup>2</sup>, o Governo Federal lançou, em junho de 2011, o Plano Brasil Sem Miséria (BSM), cujos objetivos são elevar a renda e melhorar as condições de vida dessas famílias (Ruckert; Rabelo, 2013). Para atingir os seus objetivos, o BSM está calcado em três eixos: transferência de renda, em que se insere o Programa Bolsa Família; acesso a serviços públicos (educação, saúde, assistência social, saneamento, energia elétrica, dentre outros) e inclusão produtiva (Brasil, 2014).

O objetivo do eixo da inclusão produtiva é favorecer o acesso da população em situação de extrema pobreza a oportunidades de ocupação e de geração

de renda, com vistas à sua inserção no mercado de trabalho (assalariado ou autônomo), bem como o apoio ao empreendedorismo e à economia solidária.

Neste artigo, examinam-se os programas de inclusão produtiva urbana e, mais especificamente, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego-Brasil Sem Miséria (Pronatec-BSM), no Brasil e no Rio Grande do Sul, tendo em vista a sua importância para a efetiva inclusão dessa população, para além das ações assistenciais. A metodologia utilizada foi a pesquisa documental junto aos órgãos governamentais, tais como o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Para informações relativas ao Rio Grande do Sul, foram realizadas entrevistas e coleta de dados junto à Secretaria do Trabalho e do Desenvolvimento Social (STDS), à Secretaria da Ciência, Inovação e Desenvolvimento Tecnológico e à Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC) de Porto Alegre.

O artigo está organizado em três seções. Na primeira, faz-se um breve histórico das ações de inclusão produtiva para a população mais vulnerável no Brasil, nos últimos anos, destacando o estímulo ao empreendedorismo, à intermediação de mão de obra e à economia solidária. Na segunda seção, examina-se mais detidamente o Pronatec. Na terceira, destaca-se o Pronatec-BSM no País e no Rio Grande do Sul. Por fim, apresentam-se algumas **Considerações finais**.

<sup>1</sup> O Cadastro Único para Programas Sociais é um instrumento criado para identificar e localizar as famílias com renda mensal *per capita* de até meio salário mínimo (ou de até três salários mínimos no total), de forma a subsidiar a formulação e a implementação de políticas sociais nas três esferas de governo. Em setembro de 2014, estavam cadastradas no Cadastro Único 28,7 milhões de famílias, que se constituem no público-alvo das ações e dos programas voltados para a redução das vulnerabilidades sociais (Brasil, 2014).

<sup>2</sup> São consideradas extremamente pobres aquelas famílias cuja renda é inferior a R\$ 77,00 *per capita*.

# 1 Histórico de inclusão produtiva para a população mais vulnerável no País

Na Constituição de 1988, incluiu-se, dentre os objetivos da Assistência Social, “a promoção da integração ao mercado de trabalho”, o que foi reafirmado pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), em 1993. Tendo em vista essa atribuição, os órgãos responsáveis pela política de assistência social criaram, com o intuito de gerar trabalho e renda para a população mais vulnerável, várias ações de qualificação e inclusão pontuais e fragmentadas, utilizando, para isso, os recursos dos fundos de assistência social.<sup>3</sup> Para a implementação dessas ações, foram aproveitados os Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), os quais, tendo por função o atendimento socioassistencial das famílias, também foram utilizados para o desenvolvimento de ações de inclusão produtiva (Souza, 2013).

Uma experiência mais ampla de ação de qualificação profissional, no País, foi o Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador (Planfor), que vigorou de 1996 a 2002, sob a coordenação do Ministério do Trabalho, com o objetivo de desenvolver ações de educação profissional, com o intuito de reduzir o desemprego e o subemprego da população economicamente ativa (PEA). A ideia era ofertar vagas para qualificar ou requalificar ao menos 20% da PEA, utilizando, a partir de 1999, recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), com vistas a inserir ou reinserir os trabalhadores no mercado de trabalho. Em 2003, foi substituído pelo Plano Nacional de Qualificação (PNQ)<sup>4</sup>, também coordenado pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). O objetivo desse novo plano era contribuir para a integração das políticas e a articulação das ações de qualificação profissional no Brasil. Aliado a outras políticas e ações vinculadas ao emprego, ao trabalho, à renda e à educação, visava promover a universalização, de forma gradativa, do direito dos trabalhadores à qualificação.

Entretanto foi constatado que esses programas apresentavam pouca relação entre a oferta dos cur-

sos, a demanda do mercado e as habilidades dos usuários. Uma experiência de ação entre o MDS e o MTE, com o intuito de qualificar profissionalmente beneficiários do Programa Bolsa Família no âmbito do PNQ, foi a criação, em 2008, do Plano Setorial de Qualificação Profissional para os Beneficiários do Programa Bolsa Família (Planseq), conhecido como Próximo Passo. Esse plano foi concebido para ofertar cursos de qualificação aos beneficiários do Programa Bolsa Família em áreas relativas à demanda das obras do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC). A Secretaria de Articulação para a Inclusão Produtiva (SAIP), do Ministério do Trabalho e Emprego, estruturou-se para subsidiar os estados na mediação entre as oportunidades surgidas a partir das obras do PAC e a mão de obra que seria qualificada. A SAIP obteve recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e buscou assessoria e apoio técnico junto a institutos e universidades federais. A inscrição no Próximo Passo deveria ser feita através do Sistema Nacional de Empregos (Sine). Contudo o Programa não atingiu os objetivos preconizados. Além da pequena adesão, em função do desconhecimento do Plano, verificou-se falta de interesse do público-alvo e dificuldades de conciliar sua qualificação com outros compromissos, tais como trabalho laboral e doméstico (Brasil, 2009).

Com o lançamento do Plano Brasil Sem Miséria<sup>5</sup>, em 2011, as ações que buscam a inclusão produtiva se ampliaram e ganharam mais centralidade,<sup>6</sup> apresentando estratégias de criação de oportunidades de ocupação e de geração de renda diferenciadas para o meio urbano e o rural (Brasil, 2014). A estratégia nacional explicitada no Plano Brasil Sem Miséria compreende a intermediação de mão de obra, o apoio ao empreendedorismo e à economia solidária, bem como a expansão e a focalização das ações de qualificação profissional.

<sup>5</sup> A Secretaria de Articulação para a Inclusão Produtiva foi substituída, em 2011, pela Secretaria Extraordinária de Combate à Extrema Pobreza, que é responsável pela coordenação do Plano Brasil Sem Miséria.

<sup>6</sup> O número de ações voltadas à inclusão produtiva e relacionadas aos beneficiários do Bolsa Família cresceu significativamente nos últimos anos, podendo ser citados o Programa Brasil Alfabetizado, o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem), o Projeto de Promoção do Desenvolvimento Local e Economia Solidária (PPDLES), o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), os Programas de Microcrédito, o Programa Nacional Biodiesel e o Programa Luz para Todos, os programas ligados ao Plano Nacional de Qualificação, como o Próximo Passo, além do Programa Nacional de Acesso Técnico e Emprego, entre outros (Diniz *et al.*, 2014).

<sup>3</sup> A LOAS determinou a criação do Fundo Nacional de Assistência Social bem como a obrigatoriedade da criação de fundos estaduais e municipais cujos recursos devem ser aplicados no financiamento de diferentes ações socioassistenciais.

<sup>4</sup> Resolução 333/2003.

A intermediação de mão de obra é feita em parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego, no sentido de apoiar a colocação do trabalhador no mercado de trabalho, através da captação de vagas junto a empresas e do encaminhamento de trabalhadores cadastrados nas agências do Sistema Nacional de Emprego às vagas identificadas.

A ação para incentivar o Microempreendedor Individual (MEI) é feita em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), com o intuito de que trabalhadores autônomos inscritos no Cadastro Único formalizem-se como microempreendedores individuais. Também são ofertados cursos para ampliar, aprimorar e fortalecer os seus negócios. Até o mês de abril de 2014, existiam, no País, mais de 1 milhão de microempreendedores individuais inscritos no Cadastro Único, e, desse total, 406.000 estavam recebendo o Bolsa Família (Brasil, 2014c). A maior parte deles encontra-se na Região Sudeste (38,6%) e na Região Nordeste (31,9%). A Região Sul tem apenas 12,4% do total dos microempreendedores individuais, sendo 5,2% no Rio Grande do Sul. Uma pesquisa realizada por Moreira (2013) com 102.627 MEIs beneficiários do PBF, com o objetivo de traçar um perfil daqueles que já são microempreendedores individuais, concluiu que, em média, esse público do MEI é o chefe da família, é jovem (56% têm entre 25 e 39 anos), tem pouca escolaridade (60% possuem ensino fundamental completo ou incompleto), e 23% estavam desempregados antes da formalização. Considerando o total dos beneficiários do PBF, aqueles que são microempreendedores individuais representam um percentual muito pequeno desse universo, em torno de 0,2% (Moreira, 2013).

O acesso ao microcrédito produtivo orientado, a fim de estimular a ampliação e o fortalecimento de pequenos negócios de pessoas inscritas no Cadastro Único, é realizado em parceria com os bancos públicos federais (Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco do Nordeste e Banco da Amazônia), através do Programa Crescer. Para a tomada desse financiamento, os procedimentos ocorrem sem burocracia, a taxa de juros é reduzida — de 60% para 5% ao ano — e a taxa de abertura de crédito é diminuída de 3% para 1%. Até março de 2013, 2.502 mil famílias extremamente pobres realizaram essas operações. A grande maioria dessas famílias estava localizada na Região Nordeste (90,4%)<sup>7</sup>. Já, no Sul, o nú-

mero de famílias extremamente pobres que efetuarão operações de microcrédito produtivo ainda é baixo, 22.000, sendo que um pouco mais da metade delas (12.000) está localizada no Rio Grande do Sul (Brasil, 2014c).

No que se refere à economia solidária, houve um avanço no apoio a essa política, com a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária, vinculada ao Ministério do Trabalho e do Emprego, em 2003. Todavia essa ainda é uma área em que as ações são bastante restritas, em vista do pequeno volume de recursos destinados a esse setor. Além disso, as ações são realizadas por diferentes níveis de governo, sem integração entre si (Diniz *et al.*, 2014).

A seguir, será examinado mais detidamente o mais importante programa de qualificação profissional criado nos últimos anos pelo Governo Federal, que é o Pronatec.

## 2 O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

Um dos principais programas de qualificação profissional no País é o Pronatec, criado em 2011<sup>8</sup>. O seu principal objetivo é

[...] expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação técnica de nível médio presencial e à distância e de cursos e programas de formação inicial e continuada ou qualificação profissional (Brasil, 2011).

Nesse Programa, através da Bolsa-Formação a Estudante e da Bolsa-Formação ao Trabalhador, os alunos têm direito a cursos gratuitos, além de alimentação, transporte e material didático (Cassiolato; Garcia, 2014).<sup>9</sup> O Pronatec conta com recursos vindos do

<sup>8</sup> Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011 (Brasil, 2011). Essa lei sofreu alterações em 2013 (Lei 12.816). Dentre as mudanças ocorridas, encontra-se a ampliação do rol de beneficiários e ofertantes da Bolsa-Formação Estudante. As instituições privadas de ensino superior passam a ser admitidas pelo Programa como ofertantes de cursos. A Bolsa-Formação Estudante, que era destinada ao estudante de ensino médio técnico na modalidade concomitante, foi ampliada para as outras duas modalidades (integrada ou subsequente).

<sup>9</sup> Além da Bolsa-Formação, também foi ampliado o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), com duas novas modalidades: o Fies Técnico e o Fies-Empresa, para realização de cursos técnicos (em unidades de ensino privadas) para o estudante individualmente ou empresas que desejem ofertar formação profissional a trabalhadores (Brasil, 2011).

<sup>7</sup> No nordeste, a população de baixa renda conta ainda com o Crediamigo do Banco do Nordeste, que é uma linha de crédito específica para esse público, através da qual já foram realizados mais de 1 milhão de operações (Matos, 2014).

Ministério da Educação, do Fundo de Amparo do Trabalhador, do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac) e do BNDES.

Os cursos técnicos ofertados devem ter carga horária mínima de 800 horas, enquanto os cursos de formação inicial e continuada e de qualificação profissional (Pronatec-FIC) devem ter uma carga horária mínima de 160 horas. Para orientar a oferta de cursos FIC, foi elaborado, pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), um guia com as opções de cursos distribuídos em 13 eixos tecnológicos, os quais são periodicamente atualizados (Cassiolato; Garcia, 2014).

O público prioritário do programa são os estudantes do ensino médio da rede pública, trabalhadores (incluindo agricultores familiares, silvicultores, aquicultores, extrativistas e pescadores) e os beneficiários dos programas federais de transferência de renda. O programa deve incentivar a participação de pessoas com deficiência, mulheres que são responsáveis pela unidade familiar, povos indígenas, comunidades quilombolas e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas (Brasil, 2011).

Os cursos técnicos são destinados aos alunos regularmente matriculados no ensino médio público (na modalidade concomitante), enquanto os cursos FIC oferecem qualificação para trabalhadores em situação de vulnerabilidade social e trabalhadores de diferentes perfis.

O Pronatec foi criado no âmbito do MEC e é desenvolvido em parcerias com mais 12 ministérios e cinco secretarias, que se constituem em demandantes, o que significa que contribuem para a identificação, nas suas áreas de atuação, de pessoas interessadas e cursos. Os ministérios parceiros demandantes criam as mais diferentes modalidades de demandas para o Pronatec. O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, por exemplo, possui quatro modalidades: o Pronatec-Brasil Sem Miséria, o Pronatec Mulheres Mil, o Pronatec Sistema Socioeducativo e o Pronatec Vira Vida. A distribuição de matrículas segundo demandante aponta que 45% de todas as matrículas foram destinadas para o Pronatec-BSM (Brasil, 2014e).

Outros ministérios também desenvolvem outras modalidades de demandas. O Ministério da Justiça, por exemplo, demanda cursos através do Pronatec Sistema Prisional, que visa atender os presos, tanto do regime fechado quanto do semiaberto, os com penas alternativas e os egressos do sistema há menos de um ano. A Secretaria de Direitos Humanos,

por sua vez, desenvolve, através do Pronatec Direitos Humanos, as modalidades Pronatec População de Rua (para populações em situação de rua), o Pronatec Sistema Socioeducativo (para adolescentes que cumprem medidas socioeducativas) e o Pronatec Viver Sem Limites, para pessoas com deficiência, dentre outras.

Do outro lado, estão os parceiros ofertantes, que são os do Sistema S — Senai, Senac, Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar), Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (Senat) —, os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) e as Redes Estaduais de Educação Profissional e Tecnológica (EPT).<sup>10</sup>

Alguns pesquisadores da área de formação profissional, como, por exemplo, Viccari e Martins (2014), apontam que há uma premência de articulação dos cursos do Pronatec com cursos de Educação de Jovens e Adultos (EJA). Franzoi, Silva e Costa (2013) consideram que, a partir de 2011, com a instituição do Pronatec, houve uma ênfase e uma quase exclusividade nesse programa, o que significou um retrocesso em outras políticas de formação dos trabalhadores, como o Proeja (Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos), criado em 2006. Segundo esses autores, os cursos do Pronatec não passam de “[...] cursos de formação aligeirados, voltados estritamente para a preparação restrita para ocupação imediata de postos de trabalho” (Franzoi; Silva; Costa, 2013, p. 10), não se constituindo em uma educação profissional integral para o mundo do trabalho. Ribeiro (2014), na mesma linha, argumenta que ao não promoverem a elevação de escolaridade, os cursos estariam apenas gerando ilusões de inclusão social. De fato, a carga horária dos cursos FIC é limitada. Contudo os cursos têm elevado a possibilidade de os alunos, a partir dessa primeira formação, ingressarem em atividades produtivas.

<sup>10</sup> Para expandir e fortalecer a rede federal de educação profissional e tecnológica, os recursos executados pelo MEC para a educação profissional tiveram um aumento significativo de dotação e/ou execução orçamentária, que passou de R\$ 1 bilhão em 2005 para cerca de R\$ 8 bilhões em 2012 e quase R\$ 9 bilhões de dotação orçamentária em 2013 (Cassiolato; Garcia, 2014).

### 3 O Pronatec-BSM

O Pronatec-Brasil Sem Miséria prevê a oferta, de forma gratuita, de cursos de Formação Inicial e Continuada ou qualificação profissional, com um período mínimo de 160 horas, para os indivíduos com mais de 16 anos, inscritos no Cadastro Único de Programas Sociais, ou seja, com renda familiar de até três salários mínimos, com prioridade para os cadastrados em situação de extrema pobreza (com renda familiar *per capita* de até R\$ 77,00), bem como beneficiários do Programa Bolsa Família e do Benefício de Prestação Continuada (BPC).

Para o funcionamento do Pronatec-BSM, são necessárias diversas etapas. A primeira etapa constitui-se através da adesão do município ao Programa. Nesse processo, os Governos Estaduais desempenham um importante papel na mobilização de seus municípios, a fim de que aproveitem a oportunidade e garantam aos seus cidadãos o acesso aos cursos de qualificação profissional. O Governo Estadual é que deve definir um interlocutor junto ao MDS, com o objetivo de articular a implantação e a execução do Pronatec-BSM nos municípios. As prefeituras, por sua vez, têm papel central na gestão local do Pronatec-BSM, realizando o cadastramento das famílias que constituem o público-alvo, divulgando o Programa, negociando vagas, identificando e sugerindo cursos apropriados àquela comunidade, mobilizando o público, realizando a pré-matrícula dos interessados e acompanhando os beneficiários durante a realização dos cursos de qualificação profissional.

A adesão do município ao Pronatec-BSM é feita exclusivamente por meio do preenchimento de formulário eletrônico no *site* do MDS. Após essa etapa, e tendo indicado um interlocutor, é necessária sua inscrição no Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (Sistec), que faz a gestão do Pronatec-BSM, do MEC. É nesse sistema que as prefeituras são habilitadas e são inseridas as ofertas dos cursos negociados. Ali, também são realizadas a pré-matrícula e a matrícula, e são disponibilizadas as informações sobre a frequência dos alunos. Poderão ser cadastrados órgãos da prefeitura, tais como CRAS, Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) ou secretarias municipais, como unidades de demanda do Sistec. Esses órgãos é que irão dar suporte ao mecanismo de mobilização dos beneficiários e, também, farão as pré-matrículas dos interessados nos cursos.

O fato de a prefeitura ter aderido ao Pronatec-BSM não garante a oferta de cursos de qualificação profissional aos municípios. É necessário haver uma oferta de, no mínimo, 200 vagas, e dependerá, ainda, de negociação entre a prefeitura e as entidades ofertantes. Assim, o Pronatec concretiza-se no município através da pactuação de cursos e vagas realizada entre o município e as unidades ofertantes. Os cursos a serem ofertados pelos municípios serão definidos em conjunto entre a prefeitura e as instituições ofertantes, com o apoio do Governo do Estado, levando em conta as demandas do mercado de trabalho local, na denominada “mesa de negociação”. Nessa fase, o órgão municipal responsável pela gestão do Pronatec-BSM avalia a demanda do mercado de trabalho local e o perfil socioeconômico da população inscrita no Cadastro Único (Brasil, 2013). Também devem ser consultadas secretarias estaduais e municipais (educação, trabalho), coordenadores do Sine, os empresários locais e os sindicatos. Depois de concluída essa fase de negociação de cursos com a prefeitura, a unidade ofertante insere a oferta no Sistec. Esse momento é chamado de “pactuação dos cursos”. No Rio Grande do Sul, participaram dessa etapa, em 2012, 130 municípios, e, em 2013, 160 municípios (Martins, 2014).

Para a execução das atribuições relativas ao Pronatec-BSM e a outras ações de inclusão produtiva, os municípios podem aderir ao Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho (Acessuas Trabalho), segundo os critérios estabelecidos, em 2012, pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS)<sup>11</sup>. O Acessuas transfere recursos do Governo Federal aos municípios, para divulgação dos cursos e para criação de estratégias para alcançar o público-alvo.

O Programa prevê o cofinanciamento para a execução de ações de articulação, mobilização e encaminhamento de pessoas em situação de vulnerabilidade ao mundo do trabalho, por meio do acesso a ações de qualificação profissional, intermediação de mão de obra, economia popular e solidária, microempreendedorismo individual e microcrédito produtivo orientado. As regras para adesão ao Acessuas, assim como os períodos abertos para a adesão, são estabelecidas, anualmente, pela Comissão Intergestores Tripartite (CIT) e aprovadas pelo Conselho Nacional de Assistência Social (Brasil, 2013).

Após a fase de pactuação, a prefeitura inicia a mobilização dos beneficiários, devendo ser montadas

<sup>11</sup> Resolução nº 18, de 24 de maio de 2012.

estratégias para prestar informações e alcançar os interessados nos cursos ofertados, através dos CRAS, CREAS e contando com as equipes do Acessuas Trabalho. Na sequência, é realizada a pré-matrícula, quando os gestores municipais registram, no Sistec, as pessoas interessadas em realizar os cursos de qualificação do Pronatec-BSM, negociados com as unidades ofertantes. Essa fase não garante a matrícula no curso, uma vez que essa depende da efetiva formação de turma, a ser confirmada pela unidade ofertante. Por isso, após essa etapa, o candidato deverá confirmar, imediatamente, sua matrícula na unidade ofertante em que seu curso será realizado.

De acordo com pesquisa realizada sobre o Pronatec-BSM, verificou-se que existe um enorme esforço dos gestores em mobilizar os alunos interessados, em realizar as pré-matrículas e em fechar as turmas. Todavia esse empenho diminui no decorrer do curso, uma vez que eles possuem pouco poder para controlar a qualidade dos cursos e os serviços ofertados (Brasil, 2014d).

O Decreto-Lei que criou o Pronatec também instituiu um Conselho Deliberativo de Formação e Qualificação Profissional, com o objetivo de “promover a articulação e a avaliação dos programas voltados à formação e qualificação profissional no âmbito da administração pública federal” (Brasil, 2011, p. 3). Esse Conselho foi regulamentado em 2012, através do Decreto nº 7.855, o qual explicita (art. 7º) que

Ato do Ministério da Educação instituirá fórum nacional de apoio à formação e qualificação profissional, com a finalidade de promover a articulação interfederativa para a implementação de programas e ações de educação profissional e tecnológica.

Também estimulará a instituição de fóruns estaduais e distrital de apoio à formação e à qualificação profissional. Os fóruns nacional e estaduais representarão reforços à coordenação da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec) e também poderão transformar-se num espaço para o exercício do controle social (Cassiolo; Garcia, 2014).

No entanto, ações de qualificação e formação profissional, intermediação de mão de obra, incentivo à formação de grupos produtivos solidários e microempreendimentos ainda apresentam baixo alcance e efetividade, uma vez que o público-alvo do Pronatec-BSM vivencia uma série de carências (nas áreas de saúde, educação, habitação, saneamento e outras) que se constituem em obstáculos à sua inclusão produtiva.

Desde a sua criação, em 2011, até setembro de 2014, o Pronatec-Brasil Sem Miséria efetuiu 1.478 mil matrículas no País, priorizando os beneficiários do PBF na oferta de qualificação profissional.

Desagregando-se o número de matrículas no Programa por regiões, verifica-se que a Região Nordeste foi responsável pelo maior percentual, 40,4%. A seguir, tem-se a Região Sudeste (20,7%), a Região Sul (17,7%), a Região Centro-Oeste (10,9%) e, por fim, a Região Norte (10,3%) (Tabela 1).

Tabela 1

Quantidade de matrículas no Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego-Brasil Sem Miséria (Pronatec-BSM) e participação percentual dos estados no Brasil — 2014

DISCRIMINAÇÃO	NÚMERO	PERCENTUAL
<b>BRASIL</b> .....	1.478.509	100,0
<b>Região Norte</b> .....	152.557	10,3
Acre .....	25.643	1,7
Amapá .....	14.217	1,0
Amazonas .....	22.673	1,5
Rondônia .....	26.322	1,8
Roraima .....	14.548	1,0
Pará .....	24.921	1,7
Tocantins .....	24.233	1,6
<b>Região Nordeste</b> .....	596.580	40,4
Alagoas .....	46.127	3,1
Bahia .....	110.773	7,5
Ceará .....	84.460	5,7
Maranhão .....	66.745	4,5
Paraíba .....	42.141	2,9
Pernambuco .....	90.476	6,1
Piauí .....	35.399	2,4
Rio Grande do Norte .....	84.049	5,7
Sergipe .....	36.410	2,5
<b>Região Centro-Oeste</b> ....	161.370	10,9
Distrito Federal .....	6.200	0,4
Goiás .....	63.259	4,3
Mato Grosso .....	59.859	4,0
Mato Grosso do Sul .....	32.052	2,2
<b>Região Sudeste</b> .....	306.471	20,7
Minas Gerais .....	152.268	10,3
Espírito Santo .....	34.421	2,3
São Paulo .....	85.836	5,8
Rio de Janeiro .....	33.946	2,3
<b>Região Sul</b> .....	261.531	17,7
Paraná .....	36.821	2,5
Santa Catarina .....	67.470	4,6
Rio Grande do Sul .....	157.240	10,6

FONTE: Brasil (2014c)  
NOTA: Até 1/09/2014.

No período analisado, o perfil do aluno do Pronatec-BSM foi predominantemente constituído por jovens, sendo que 57% dos alunos matriculados nos cursos de qualificação profissional estão na faixa etária de 16 a 29 anos. Aqueles com 50 anos ou mais representaram apenas 6%, e as mulheres eram a maioria, 68% do total (Tabela 2). Com relação à escolaridade, a maior parcela dos alunos, isto é, 75% dos

matriculados no País, possui o ensino médio (completo ou incompleto), indicando que há uma procura dos jovens para complementar a sua escolaridade com maior qualificação para o trabalho.

Tabela 2

Perfil dos alunos do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego-Brasil Sem Miséria (Pronatec-BSM) no Brasil e no Rio Grande do Sul — 2011-14

PERFIL	a) gênero			
	BRASIL		RS	
	Número	%	Número	%
Masculino .....	434.581	32,0	50.015	34,0
Feminino .....	923.486	68,0	97.087	66,0
<b>TOTAL</b> .....	<b>1.358.067</b>	<b>100,0</b>	<b>147.102</b>	<b>100,0</b>

PERFIL	b) faixa etária			
	BRASIL		RS	
	Número	%	Número	%
De 16 a 17 anos.....	122.226	9,0	4.413	3,0
De 18 a 29 anos .....	651.872	48,0	66.196	45,0
De 30 a 39 anos .....	339.517	25,0	38.247	26,0
De 40 a 49 anos .....	162.968	12,0	23.536	16,0
De 50 a 59 anos .....	67.903	5,0	11.768	8,0
60 e mais .....	13.581	1,0	2.942	2,0
<b>TOTAL</b> .....	<b>1.358.067</b>	<b>100,0</b>	<b>147.102</b>	<b>100,0</b>

PERFIL	c) escolaridade			
	BRASIL		RS	
	Número	%	Número	%
Fundamental in-completo e/ou completo .....	298.745	22,0	42.660	29,0
Médio incompleto .....	312.355	23,0	33.833	23,0
Médio completo .....	706.195	52,0	64.725	44,0
Superior incompleto e/ou completo .....	40.742	3,0	5.884	4,0
<b>TOTAL</b> .....	<b>1.358.067</b>	<b>100,0</b>	<b>147.102</b>	<b>100,0</b>

FONTE: Brasil (2014e).

NOTA: Até julho de 2014.

Em uma análise do perfil do aluno do Pronatec-BSM realizada pelo MDS, foi possível identificar três tipos principais (Brasil, 2014d). O primeiro refere-se aos alunos jovens, de famílias beneficiárias do PBF, que completaram ou estão concluindo o nível médio e se matricularam no Pronatec-BSM para aprimorarem os seus currículos, buscando melhor colocação no mercado de trabalho. Para se ter uma ideia, alunos com ensino médio completo e que, portanto, fazem parte desse perfil, representaram 52% do total de matrículas em cursos finalizados no Pronatec-BSM, no País, de 2011 a 2014 (até julho).

O segundo perfil de alunos do Pronatec-BSM refere-se a mulheres com mais idade e com maiores dificuldades para concluir o curso. Em geral, elas

possuem baixa escolaridade e enfrentam uma série de obstáculos para se inserirem no mercado de trabalho. Em vista desse quadro, buscam cursos que possibilitem ocupações mais flexíveis quanto à carga horária e menor formalização, tais como manicure, corte e costura.

Por fim, tem-se o terceiro perfil, de homens com mais idade, que muito cedo abandonaram seus estudos e que trabalham, majoritariamente, no mercado informal. Em geral, eles realizam os cursos a fim de obter certificados nas áreas em que já atuam.

Quando se analisa o desempenho dos alunos do Pronatec-BSM, percebe-se que 15,1% deles abandonaram os cursos. São vários os motivos que os levam a isso, dentre eles a falta de tempo para frequentar as aulas, seja porque os cursos não são oferecidos à noite, ou, no caso das mulheres, seja porque cuidam dos filhos e/ou de membros incapacitados na família. Também existem problemas em relação à ausência de informações claras sobre os cursos, sobre as habilidades exigidas, sobre sua utilidade ou aplicação ao mercado de trabalho, o que leva muitos jovens a desistirem (Brasil, 2014d). O percentual de reprovação é de 10,5%. Contudo o mais importante a destacar é que 74,5% dos alunos do Pronatec-BSM concluíram os cursos no período observado, o que é um percentual bastante significativo, dadas as condições de extrema vulnerabilidade a que está submetida essa camada da população.

O curso mais ofertado no Pronatec-BSM no período 2011-14 (até julho) foi o de auxiliar administrativo (22,7% do total), seguido pelo de operador de computador (11,7% do total), ambos com carga horária mínima de 160 horas. Nesse período, o principal ofertante de cursos foi o Senai (42,5%), seguido pelo Senac (35,3%) e pela Rede Federal (10,0%).

### 3.1 O Pronatec-BSM no Rio Grande do Sul

Com relação ao total do Pronatec no Estado, observou-se que o Pronatec-BSM é majoritário, alcançando 60,9% das matrículas. De um total de 497 municípios gaúchos, 406 já efetivaram sua adesão ao Programa, e, em 324 deles, havia vagas (até julho de 2014) (Brasil, 2014e).

Desde a criação do Pronatec-BSM até setembro de 2014, o Rio Grande do Sul é o estado que mais



disponibilizou matrículas, totalizando 157.240<sup>12</sup>, o que representou 10,6% do total ofertado no País (1.478.509) (Tabela 1). A Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social é o órgão responsável pela intermediação entre os municípios demandantes e as instituições ofertantes, constituindo-se tanto em um polo de difusão de informações como de auxílio para a resolução dos problemas e de aproximação entre a oferta e a demanda.

No Rio Grande do Sul, o Pronatec-BSM só é executado nas escolas do Sistema S e nos Institutos Federais, não sendo, portanto, utilizada a rede estadual, principalmente por razões de discrepância salarial entre as instituições (a remuneração dos contratados é superior à dos professores concursados pelo Estado). Os cinco cursos mais procurados no Rio Grande do Sul foram auxiliar administrativo, operador de computador, vendedor, eletricista instalador predial de baixa tensão e manicure e pedicure (Brasil, 2014e).

O perfil dos alunos gaúchos difere um pouco daquele do resto do País (Tabela 2). Por um lado, a parcela dos alunos mais jovens, de 16 a 29 anos, situa-se em 48% e é inferior à do Brasil, que atinge 57%. Por outro lado, a daqueles com 40 anos ou mais alcança 26% no Estado e 18% no total do País.

Outra diferença é que o Programa, no Rio Grande do Sul, está alcançando mais pessoas com baixa escolaridade: 29% dos alunos possuem até o ensino fundamental completo, ao passo que, no Brasil, essa parcela representa 22%. E enquanto, no Brasil, 52% dos alunos do Pronatec-BSM possuem o ensino médio completo, no Rio Grande do Sul esse grupo representa 44%. Com relação ao gênero, não há diferenças entre os dois perfis<sup>13</sup>.

Essas diferenças podem estar apontando uma melhor focalização no RS, no sentido de que aqui se alcançam, em maior proporção, aquelas pessoas mais idosas e com menor escolaridade, grupo que tradicionalmente está mais exposto a situações de vulnerabilidade social, ao mesmo tempo em que tem menos oportunidades de colocação tanto no mercado formal quanto informal de trabalho. Além disso, esses resultados refletem um amplo trabalho desenvolvido na Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social no sentido de promover o relacionamento entre os

vários setores envolvidos (a quase totalidade dos municípios e uma ampla gama de instituições ofertantes), dirimindo dúvidas, buscando a solução de impasses, costurando consensos, disseminando informações a respeito do Acessuas (que, como se viu, repassa recursos para os municípios que auxiliam a efetivação do programa), dentre outras iniciativas.

Em 2012, os repasses do Acessuas Trabalho, no Estado, alcançaram R\$ 10.100 mil para 43 municípios e, em 2013, atingiram R\$ 13.344 mil para 83 municípios (Brasil, 2014a). Observa-se que ainda há pouca participação dos municípios no Acessuas no Estado, em que pese haver, através desse Programa, um importante repasse de recursos para a realização dos cursos do Pronatec.

Por fim, podem-se mencionar os esforços de divulgação realizados pelas inúmeras Caravanas da Inclusão no âmbito do RS Mais Igual<sup>14</sup>, em diversas localidades do Estado. As assim chamadas Caravanas constituíram-se em 96 mutirões realizados pelo Governo Estadual ao longo dos últimos dois anos, nas quais diversas secretarias do Estado mobilizaram-se e dirigiram-se a localidades muito pobres e com perfil de severa exclusão, com o objetivo de alcançar comunidades vivendo na extrema pobreza e que ainda não estivessem incluídas nos programas de proteção social, em especial o RS Mais Igual. Assim, mais de 50.000 famílias foram incluídas no Cadastro Único e/ou no Programa Bolsa Família, bem como tiveram acesso à confecção de documentos, dentre diversas outras ações que representaram sua inclusão social. Nessas Caravanas, os programas de qualificação profissional e de estímulo e apoio à geração de renda eram amplamente apresentados, de forma que esses grupos, além de tomar conhecimento dessas políticas públicas voltadas à inclusão produtiva, pudessem expressar suas necessidades e preferências.

Porto Alegre registrou o maior número de matrículas realizadas no Estado no período: 12.693, representando 8,3% do total. A seguir, encontram-se Caxias do Sul, Pelotas e Uruguaiana (Tabela 3). Considerando todos os municípios brasileiros, Porto Alegre ocupou a sétima posição no que se refere ao número de matrículas realizadas.

<sup>12</sup> Seguindo de Minas Gerais (152.268), Bahia (110.773), Pernambuco (90.476), São Paulo (85.836) e Ceará (84.460).

<sup>13</sup> Não foi possível obter o perfil dos alunos segundo a raça e/ou cor e/ou etnia, dado que há um percentual muito elevado de respostas não preenchidas nesse quesito (33% no Rio Grande do Sul e 25% no Brasil).

<sup>14</sup> O RS Mais Igual é um programa estadual de transferência de renda, complementar ao Programa Bolsa Família, através do qual são repassados os valores necessários para que as famílias com crianças de 0 a 6 anos que, mesmo após o repasse do PBF ainda estejam vivendo na extrema pobreza, passem a receber o suficiente para alcançar R\$ 100,00 *per capita*. Esse Programa atendeu, até dezembro de 2014, 100.000 famílias vivendo em extrema pobreza.

Tabela 3

Matrículas no Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego-Brasil Sem Miséria (Pronatec-BSM), por municípios, no Rio Grande do Sul — 2011-14

MUNICÍPIOS	MATRÍCULAS	
	Números Absolutos	Distribuição %
Porto Alegre .....	12.693	8,3
Caxias do Sul .....	7.002	4,6
Pelotas .....	5.433	3,6
Uruguaiana .....	4.037	2,7
Santo Ângelo .....	3.726	2,5
Novo Hamburgo .....	3.723	2,4
São Leopoldo .....	3.538	2,3
Santa Maria .....	3.034	2,0
Rio Grande .....	2.847	1,9
Santana do Livramento .....	2.832	1,9
Outros .....	103.162	67,9
<b>TOTAL</b> .....	<b>152.027</b>	<b>100,0</b>

FONTE: Brasil (2014e).  
NOTA: Até 26/08/2014.

Em Porto Alegre, o Programa foi efetivamente implantado ao final de 2013, após a resolução de diversas dificuldades de ordem material e técnica (Chula, 2014). Para a consecução do Programa, foi designado, em cada Centro de Referência de Assistência Social, um técnico administrativo para fazer o primeiro atendimento ao usuário que procura qualificação e inserção no mundo do trabalho.<sup>15</sup> Além disso, foi definido um coordenador regional, cuja função é fazer uma articulação entre a FASC e os demais órgãos vinculados à rede assistencial, como entidades privadas e organizações não governamentais, à rede de saúde e à rede de educação, bem como com o setor produtivo de cada região, buscando divulgar as informações e, ao mesmo tempo, captar o potencial de oportunidades (Chula, 2014), questionando quais são as vocações regionais, como assessorar os microempreendedores e quais empresas podem empregar. Por exemplo, tendo identificado que uma empresa de transporte público da capital apresentava carência de mecânicos e estava situada em uma região com grande potencial populacional para a realização dos cursos, foi acordada, junto ao Senai e através do Pronatec-BSM, a oferta do curso de mecânico de motor a diesel dentro das próprias garagens da empresa. Esse é um exemplo de exitosa identificação e articulação entre os diferentes atores: quem pode oferecer o conhecimento, quem é o empregador e quem está demandando uma formação

<sup>15</sup> O Município de Porto Alegre possui 22 CRAS localizados em nove regiões administrativas.

profissional. Nesse caso, ainda houve um avanço no sentido de trazer a “escola” para dentro do espaço físico da comunidade.

Finalmente, deve-se apontar que os gestores tiveram um especial cuidado no sentido de oferecer cursos de qualificação em regiões que estão submetidas à intensa violência, como é o caso dos Territórios da Paz. Alguns cursos também foram desenvolvidos em presídios (como, por exemplo, o curso de manicure desenvolvido no presídio feminino de Porto Alegre). Contudo, nas regiões dos Territórios da Paz, assim como nos presídios, há sérias questões relativas à segurança de professores e de alunos que ainda não foram equacionadas. Daí decorre a principal barreira para uma maior oferta de cursos no âmbito da própria comunidade.

## 4 Considerações finais

Dando seguimento a um conjunto de ações que visam erradicar a pobreza e promover a inclusão produtiva de amplas parcelas da população brasileira, o Governo Federal vem centrando esforços em programas de qualificação profissional, assim como de geração de trabalho e renda (como microempreendedorismo, cooperativismo e economia solidária). Parte importante dessas medidas está sendo direcionada para famílias cadastradas no Cadastro Único para Programas Sociais e beneficiários de programas sociais como o PBF. Essas ações incluem-se em um processo mais longo, que teve início com a focalização das ações governamentais em dois dos três eixos norteadores das políticas de proteção social mais recentes implantadas no País: transferência de renda e acesso aos serviços sociais. Mais recentemente, tendo-se estabelecido um patamar organizacional que viabilizou, de um lado, a própria estruturação do sistema, e, de outro, a drástica redução da pobreza extrema, sem as quais não seria possível seguir adiante, os esforços puderam voltar-se para o eixo da inclusão produtiva, o qual vem ganhando fôlego em todo o País. Assim, o número de ações voltadas à inclusão produtiva e direcionadas à população-alvo do Programa Brasil Sem Miséria cresceu vertiginosamente no País. Especificamente, o Pronatec-BSM, desde sua criação em 2011 até setembro de 2014, efetuou 1.478 mil matrículas no País, enquanto o Rio Grande do Sul, que é o estado que mais disponibilizou matrículas, totalizou 157.240, o que representa 10,6% do total ofertado.

Ainda há muitos desafios a serem superados, o que seria mesmo de se esperar, dado que essas políticas são bastante recentes. Além disso, o objetivo de promover a inclusão produtiva desse público-alvo é uma tarefa que exigirá esforços dos mais diferentes setores e esferas da Federação. Parte desses desafios está ligada à necessidade de se estruturarem cursos que se adaptem à situação social dessas famílias. Assim, o horário das aulas (com opção para cursos noturnos), a localização (com proximidade das comunidades mais carentes), a qualificação dos professores (para interagir e desenvolver capacidades para ensinar o público iletrado ou com baixíssima escolaridade), o estímulo dos empregadores (liberando os empregados para frequência às aulas e promovendo-os quando do término do curso), as políticas de bolsa de estudos para quem estiver estudando (com valor superior à bolsa-formação que hoje é repassada), dentre outras, são questões que deverão ser avaliadas e equacionadas, na medida do possível, nos próximos anos, sob pena de comprometer o sucesso do Pronatec-BSM.

Aliado a esses fatores, é importante que ocorra uma ampliação da adesão municipal ao Acesso ao Trabalho, pois, dados os seus objetivos de repassar recursos para desenvolver ações que viabilizem o acesso a cursos de qualificação, com a expansão de suas equipes de atuação, poderá gerar efeitos positivos nos resultados do Pronatec-BSM.

Além disso, de forma alguma esse Programa deve substituir ou “esvaziar” programas como o Educação de Jovens e Adultos ou o Programa de Integração da Educação Profissional Técnica de Nível Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos. Ao contrário, espera-se que haja, crescentemente, uma maior interação entre os objetivos de escolarização e de qualificação profissional. Como já foi apontado, o Pronatec deve fazer parte de um amplo esforço de escolarizar e de qualificar o trabalhador, para além das necessidades de um emprego imediato, dotando-o de formação e de habilidades que o encaminhem a uma inserção no mundo do trabalho de forma permanente.

Contudo essas ações ainda estão bastante vinculadas aos programas e às instituições da assistência social, dependendo dos governos e tendo que ser renovadas anualmente. Ou seja, ainda não se constituíram em serviços com ampla institucionalidade no corpo do Estado, o que seria necessário que ocorresse sob pena de sofrerem desvios de rumo e descontinuidades.

Por outro lado, mantendo-se o ritmo de expansão dessas iniciativas, será possível identificar, nos próximos anos, toda uma geração de jovens trabalhadores que, em função dessas e outras políticas públicas (tais como Projovem, Programa Bolsa Família, com suas condicionalidades), estarão inseridos no mundo do trabalho.

## Referências

BRASIL. Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 27 out. 2011. p. 1-3.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Plano Brasil Sem Miséria: Inclusão Produtiva**. 2014. Disponível em: <<http://www.brasilsemmiseria.gov.br/inclusao-produtiva>>. Acesso em: 24 set. 2014.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Plano Brasil Sem Miséria no seu Estado**. 2014a. Disponível em: <[http://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/ferramentas/nucleo/grupo.php?id\\_grupo=78](http://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/ferramentas/nucleo/grupo.php?id_grupo=78)>. Acesso em: 27 nov. 2014.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **PRONATEC/ Brasil Sem Miséria**. 2013. Disponível em: <<http://www.brasilsemmiseria.gov.br/documentos>>. Acesso em: 15 maio 2014.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. **Percepções sobre o Planseq Bolsa-Família: estudo com gestores locais e elegíveis à ação**. Brasília, DF: SAGI, 2009. Disponível em: <<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/PainelPEI/Publicacoes/Pesquisaqualitativa>>. Acesso em: 16 nov. 2014.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. **Relatório de Informações Sociais**. Brasília, DF: SAGI, 2014b. Disponível em: <<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/geral/index.php>>. Acesso em: 28 nov. 2014.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. **Painéis Principais BSM: Inclusão Produtiva Urbana**. 2014c. Disponível em: <[http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/MONIB2/index\\_all\\_drop\\_down.php?p\\_id=292&p\\_global\\_ibge=>](http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/MONIB2/index_all_drop_down.php?p_id=292&p_global_ibge=>)>. Acesso em: 15 maio 2014.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. **Estudo Qualitativo com egressos e desistentes, representantes das unidades ofertantes e interlocutores municipais do Pronatec-Brasil Sem Miséria (BSM)**. Brasília, DF: SAGI, 2014d. Disponível em: <[aplicacoes.mds.gov.br/sagirmsps/simulacao/sum\\_executivo/pg\\_principal.php?url=busca\\_por\\_id&id\\_sum=141](http://aplicacoes.mds.gov.br/sagirmsps/simulacao/sum_executivo/pg_principal.php?url=busca_por_id&id_sum=141)>. Acesso em: 20 out. 2014.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Extraordinária de Superação da Extrema Pobreza. **Pronatec/BSM-Rio Grande do Sul**. 2014e. Slides de apresentação.

CASSIOLATO, M. M. M. C.; GARCIA, R. C. PRONATEC: Múltiplos arranjos e ações para ampliar o acesso à educação profissional. In: GOMIDE, A. de Á.; PIRES, R. R. C. (Ed.). **Capacidades estatais e democracia: arranjos institucionais de políticas públicas**. Brasília, DF: IPEA, 2014. p. 295-322.

CHULA, R. M. **[Entrevista]** 20 out. 2014. Entrevistadores: A. Ribas. Porto Alegre: [s.n.], 2014. 1 arquivo.mp3 (65 min).

DINIZ, S. C. *et al.* Avaliação de Experiências de capacitação para inclusão produtiva na região metropolitana de Belo Horizonte. In: CUNHA, J. V. Q. *et al.* (Org.). **Avaliação de políticas públicas: reflexões acadêmicas sobre o desenvolvimento social e o combate à fome**. Brasília, DF: MDS, 2014. v. 5.

FRANZÓI, N. L.; SILVA, C. O. B.; COSTA, R. de C. D. PROEJA e PRONATEC: a dança dos atores entre a formulação e a implementação de políticas governamentais. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO, 26., 2013, Recife. **[Anais ...]**. Recife: ANPAE, 2013. p. 1-15.

MARTINS, E. de M. **[Entrevista]** 21 ago. 2014. Entrevistadores: M. M. Rabelo e I. N. Ruckert. Porto Alegre: [s.n.], 2014. 1 arquivo.mp3 (130 min).

MATOS, F. de. O papel do microcrédito e das microfinanças na inclusão produtiva dos extremamente pobres. **Cadernos de Estudos: Desenvolvimento Social em Debate**, Brasília, DF, n. 19, p. 51-58, 2014.

MOREIRA, R. F. C. Empreendedorismo e Inclusão Produtiva: uma análise do perfil do microempreendedor individual beneficiário do Programa Bolsa Família. **Radar: tecnologia, produção e comércio exterior**, Brasília, DF, n. 25, p. 19-29, abr. 2013.

OLIVEIRA, G. B. **A implementação de um curso de Ensino Médio Integrado na Modalidade EJA: o contexto da prática do Campus Restinga (IFRS)**. 2013. 130f. Dissertação (Mestrado em Educação) — Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

RIBEIRO, J. Pronatec diante da inclusão excludente e da privatização da formação. **Revista Textual**, Porto Alegre, v. 1, n. 19, p. 16-21, maio 2014.

RUCKERT, I.; RABELO, M. M. O Programa Bolsa Família e os esforços para redução da pobreza. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 40, n. 4, p. 83-98, 2013.

SOUZA, F. V. F. Assistência Social e inclusão produtiva: algumas indagações. **O social em questão**, Rio de Janeiro, ano 16, n. 30, p. 287-298, 2013.

VICCARI, E. M. **[Entrevista]** 17 abr. 2014. Entrevistadores: M. M. Rabelo e I. N. Ruckert. Porto Alegre: [s.n.], 2014. 1 arquivo.mp3 (118 min).

VICCARI, E. M.; MARTINS, E. de M. As políticas de assistência social e do trabalho: uma aproximação necessária no combate à miséria extrema no Brasil - A experiência do Rio Grande do Sul. In: BELLINI, M. I.; FALER, C. S. (Org.). **Intersetorialidades e políticas sociais: interfaces e diálogos**. Porto Alegre, Edipucrs, 2014. p. 71-83.